

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	166.634
Preferenciais	0
Total	166.634
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	11.829.829	11.638.870
1.01	Ativo Circulante	3.135.515	3.246.412
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	267.768	566.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	112.642	129.555
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	112.642	129.555
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	112.642	129.555
1.01.03	Contas a Receber	1.988.428	1.843.952
1.01.03.01	Clientes	1.988.428	1.843.952
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	3.111.462	2.858.917
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.123.034	-1.014.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	204.912	180.517
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	204.912	180.517
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	92.104	38.044
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	112.808	142.473
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	561.765	525.702
1.01.08.03	Outros	561.765	525.702
1.01.08.03.01	Serviço em curso	41.717	41.256
1.01.08.03.02	Outros Créditos	282.112	132.143
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - swap	189.887	330.288
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	48.049	22.015
1.02	Ativo Não Circulante	8.694.314	8.392.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.032.772	5.657.706
1.02.01.04	Contas a Receber	39.760	44.444
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	39.760	44.444
1.02.01.07	Tributos Diferidos	362.501	305.138
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	362.501	305.138
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.630.511	5.308.124
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	106.936	106.522
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	260.133	257.473
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.386.783	4.321.429
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos - swap	20.260	3.231
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	91.939	0
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	764.460	619.469
1.02.03	Imobilizado	97.739	101.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	97.739	101.701
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	54.571	56.145
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	30.809	33.080
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	12.359	12.476
1.02.04	Intangível	2.563.803	2.633.051
1.02.04.01	Intangíveis	2.563.803	2.633.051
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.376.684	2.436.038
1.02.04.01.02	Softwares	185.214	195.107
1.02.04.01.03	Bens de renda	1.905	1.906

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	11.829.829	11.638.870
2.01	Passivo Circulante	3.872.956	2.996.435
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	85.550	76.609
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	85.550	76.609
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	85.550	76.609
2.01.02	Fornecedores	1.116.397	1.085.352
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.116.397	1.085.352
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.014.596	994.390
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	101.801	90.962
2.01.03	Obrigações Fiscais	251.445	200.161
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	119.164	67.964
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	63.442	0
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	55.722	67.964
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	122.821	128.233
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.460	3.964
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.583.957	931.255
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.582.705	925.268
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	761.064	22.757
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	821.641	902.511
2.01.04.02	Debêntures	1.252	5.987
2.01.05	Outras Obrigações	652.261	523.396
2.01.05.02	Outros	652.261	523.396
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	1.462	103
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	57.987	57.987
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	125.072	108.903
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	404.028	301.498
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	49.912	39.887
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	13.800	15.018
2.01.06	Provisões	183.346	179.662
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	183.346	179.662
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	183.346	179.662
2.02	Passivo Não Circulante	4.353.425	5.051.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.050.657	3.680.800
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.051.633	2.681.857
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.485.264	2.478.065
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	566.369	203.792
2.02.01.02	Debêntures	999.024	998.943
2.02.02	Outras Obrigações	668.437	764.771
2.02.02.02	Outros	668.437	764.771
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	582.196	590.246
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	87.986
2.02.02.02.06	Outras obrigações	8.055	9.164
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos -swap	3.387	0
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	52.856	50.654
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	21.943	26.721
2.02.04	Provisões	634.331	605.629

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	634.331	605.629
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.735	24.117
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	301.956	294.155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	296.581	285.913
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	1.444	1.444
2.02.04.01.06	Outras provisões	13.615	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.603.448	3.591.235
2.03.01	Capital Social Realizado	2.498.230	2.498.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.068.340	1.068.340
2.03.04.01	Reserva Legal	138.350	138.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	929.990	929.990
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	45.427	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.803	1.411
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	-31.803	1.411

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.794.979	1.557.672
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.558.229	-1.327.016
3.03	Resultado Bruto	236.750	230.656
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-188.572	-120.523
3.04.01	Despesas com Vendas	-131.403	-54.763
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.445	-88.829
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.276	23.069
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.178	110.133
3.06	Resultado Financeiro	20.438	-76.745
3.06.01	Receitas Financeiras	738.531	347.551
3.06.02	Despesas Financeiras	-718.093	-424.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	68.616	33.388
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.189	-11.597
3.08.01	Corrente	-63.442	0
3.08.02	Diferido	40.253	-11.597
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	45.427	21.791
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	45.427	21.791
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27261	0,13077

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	45.427	21.791
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-33.214	6.651
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-50.324	10.077
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativos	17.110	-3.426
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.213	28.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-236.109	-62.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	270.248	310.927
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	45.427	21.791
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	131.281	30.996
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	127.264	108.161
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros riscos	36.231	27.991
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	217.463	383.720
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-90.375	-28.125
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	0	4.795
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-40.253	11.597
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	9.978	8.196
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-7.542	-7.548
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	0	19.679
6.01.01.13	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-159.226	-270.326
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-411.714	-252.495
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-271.073	-152.352
6.01.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	-24.743	-25.016
6.01.02.03	Encargos setoriais	10.024	-8.099
6.01.02.05	Tributos a Compensar	3.303	3.421
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	-28.112	-21.919
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-2.660	-306
6.01.02.08	Outros Créditos	-149.969	8.860
6.01.02.09	Fornecedores	31.045	-111.572
6.01.02.10	Folha de Pagamento	8.941	11.967
6.01.02.11	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-69.853	78.875
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	63.442	0
6.01.02.17	Serviço em Curso	-461	-2.227
6.01.02.19	Outras obrigações fiscais	3.342	-31.946
6.01.02.20	Outros Passivos	15.060	-2.181
6.01.03	Outros	-94.643	-121.177
6.01.03.01	Pagamento de juros de arrendamento	-695	-801
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-15.500	-8.106
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-18.028	-18.606
6.01.03.04	Pagamentos de juros e empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-39.820	-55.431
6.01.03.05	Recebimento (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	4.455	-5.022
6.01.03.06	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-25.055	-33.211
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157.111	-232.642
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	16.913	-7.427
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-174.024	-225.215
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94.302	135.854
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	680.000	199.112
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos (principal)	-812.267	-61.223

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.05	Pagamento de arrendamentos financeiros (principal)	-5.996	-2.035
6.03.06	Pagamento de instrumento financeiro derivativo	232.565	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-298.918	-159.533
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	566.686	303.062
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	267.768	143.529

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.068.340	0	1.411	3.591.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.427	-33.214	12.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.427	0	45.427
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-33.214	-33.214
5.05.02.06	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-50.324	-50.324
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	17.110	17.110
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.068.340	45.427	-31.803	3.603.448

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.791	6.651	28.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.791	0	21.791
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.651	6.651
5.05.02.06	Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	10.077	10.077
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-3.426	-3.426
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.138.795	21.791	7.348	3.689.418

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	2.784.408	2.518.890
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.702.924	2.301.874
7.01.02	Outras Receitas	1.276	23.069
7.01.02.02	Outras Receitas	1.276	23.069
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	171.684	224.943
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-91.476	-30.996
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.571.619	-1.364.926
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.472.775	-1.279.651
7.02.04	Outros	-98.844	-85.275
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-98.844	-85.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.212.789	1.153.964
7.04	Retenções	-127.264	-108.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-127.264	-108.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.085.525	1.045.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	738.531	347.551
7.06.02	Receitas Financeiras	738.531	347.551
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.824.056	1.393.354
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.824.056	1.393.354
7.08.01	Pessoal	59.628	48.800
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.354	28.326
7.08.01.02	Benefícios	5.533	10.149
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.578	1.203
7.08.01.04	Outros	9.163	9.122
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	2.204	2.037
7.08.01.04.02	Convênio assistencial e outros benefícios	2.463	2.708
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	4.496	4.377
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.003.885	898.248
7.08.02.01	Federais	361.409	304.263
7.08.02.02	Estaduais	639.767	591.244
7.08.02.03	Municipais	2.709	2.741
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	715.116	424.515
7.08.03.01	Juros	718.093	424.297
7.08.03.02	Aluguéis	-2.977	218
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.427	21.791
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	45.427	21.791

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

1T21

Enel Distribuição Rio

Ampla Energia e Serviços S.A.

30 de abril de 2021

Relações com Investidores

Julia Freitas de Alcantara Nunes
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara
Responsável de Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) [B3: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobrindo 66 municípios, e possui 3,0 milhões de clientes, divulga o seu resultado do terceiro trimestre (“1T21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.827	3.074	-8,0%	2.989	-5,4%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.874.608	2.526.817	13,8%	2.739.374	4,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.794.979	1.557.672	15,2%	1.734.245	3,5%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	167.538	210.844	-20,5%	129.057	29,8%
Margem EBITDA (%)*	9,33%	13,54%	-4,21 p.p	7,44%	1,89 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	10,32%	15,82%	-5,50 p.p	7,93%	2,39 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	48.178	110.133	-56,3%	2.501	>100,0%
Margem EBIT (%)*	2,68%	7,07%	-4,39 p.p	0,14%	2,54 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	45.427	21.791	>100,0%	106.166	-57,2%
Margem Líquida	2,53%	1,40%	1,13 p.p	6,12%	-3,59 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,80%	1,64%	1,16 p.p	6,53%	-3,73 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	138.981	182.471	-23,8%	155.689	-10,7%
DEC (12 meses)*	10,24	11,92	-14,1%	11,24	-8,9%
FEC (12 meses)*	6,06	7,31	-17,1%	6,51	-6,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	93,59%	96,75%	-3,16 p.p	93,63%	-0,04 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,84%	21,95%	2,89 p.p	21,91%	2,93 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.995.369	2.950.447	1,5%	2.949.298	1,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	997	966	1,8%	983	1,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	293	353	-17,0%	267	9,7%
PMSO (4)/Consumidor*	122,82	64,95	89,1%	115,64	6,2%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	311	366	-15,0%	297	4,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.635	8.020	20,1%	9.946	-3,1%

(1)Variação entre 1T21 e 4T20, (2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Melhora de 14,1% do DEC no 1T21 para 10,24 horas, em comparação ao registrado no 1T20 (11,92 horas);
- Melhora no FEC de 17,1% no 1T21, totalizando 6,06 vezes, em comparação a 7,31 vezes registrado no 1T20.

Mercado

- Mercado total registrou 2.827GWh de volume de energia distribuída, uma redução de 8,0% com o valor registrado no 1T20, de 3.074GWh.

Regulatório

- Em 09 de março de 2021, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, aplicado a partir de 15 de março de 2021. O resultado leva ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores de +6,02%, sendo +10,38% para os consumidores conectados em alta tensão e +4,63% para os conectados em baixa tensão.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 167,5 milhões no 1T21, 20,5% inferior em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 210,8 milhões).
- Lucro líquido de R\$ 45,4 milhões no 1T21, ante um lucro líquido de R\$ 21,8 milhões registrado no 1T20.

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende a quase 3,0 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,1 milhões de habitantes.

	1T21	1T20	Var.%
Área de Concessão (km ²)	32.615	32.615	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.063.585	6.999.860	0,9%
Consumidores (Unid.)	2.995.369	2.950.447	1,5%
Linhas de Distribuição (Km)	57.439	57.301	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	3.454	3.428	0,8%
Subestações (Unid.)	126	126	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.458	11.426	0,3%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,44%	3,45%	-0,01 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,41%	2,38%	0,03 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado das estimativas da população divulgados anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Volume de Energia Brasil de acordo com a EPE



Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Ordinárias - ON (CBEE3)	16,09	15,00	7,3%	19,90	-19,1%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Rio é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2021)

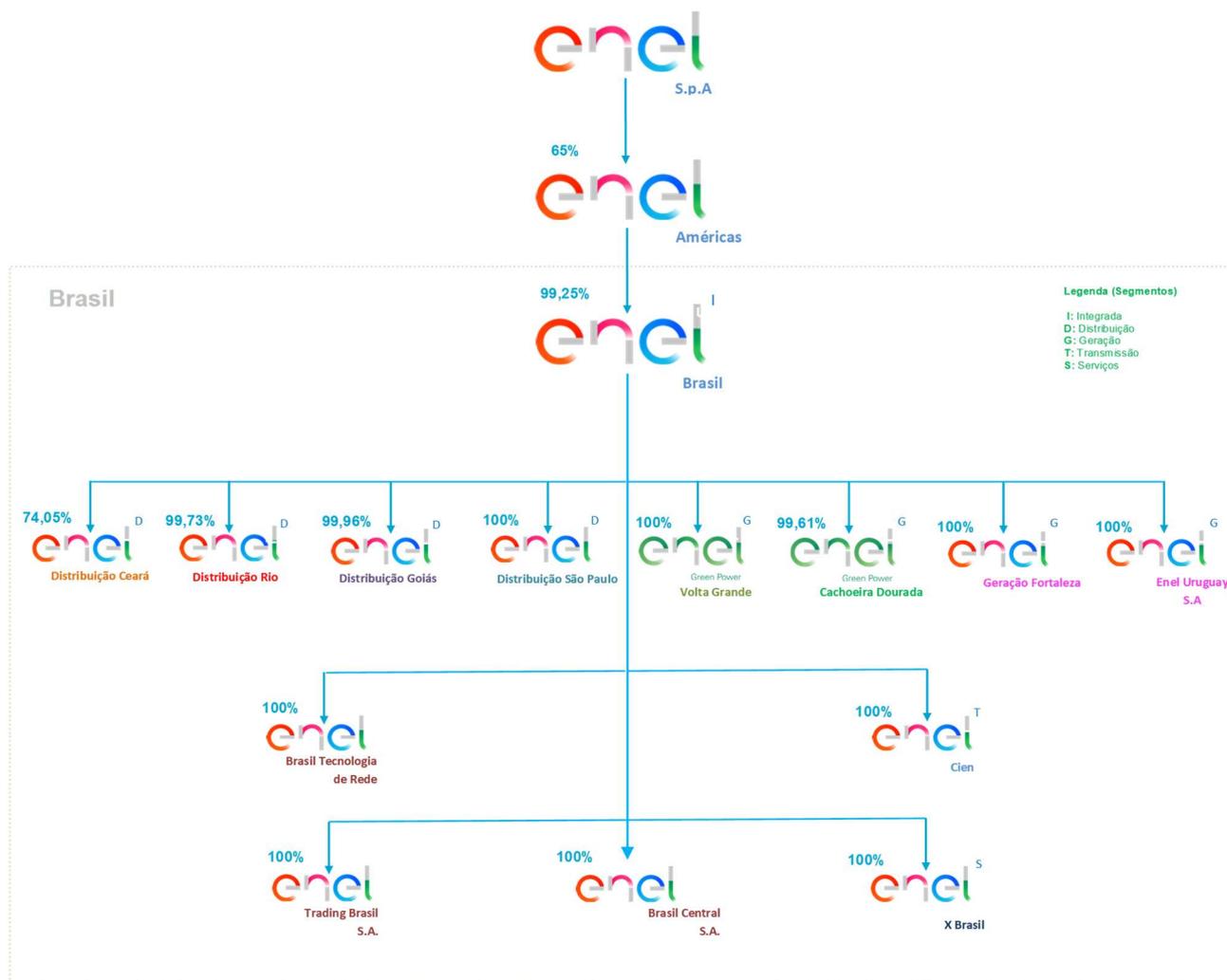
	ON (1)	%	TOTAL	%
Controladores	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Enel Brasil	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Não Controladores	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Totais	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Posição em 31 de março de 2021



3 MERCADO DE ENERGIA

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.788.035	2.654.449	5,0%	2.744.683	5,0%
Residencial - Convencional	2.429.551	2.334.197	4,1%	2.390.848	1,6%
Residencial - Baixa Renda	141.527	99.457	42,3%	136.785	3,5%
Industrial	3.365	3.379	-0,4%	3.284	2,5%
Comercial	131.725	136.057	-3,2%	132.492	-0,6%
Rural	64.081	63.692	0,6%	63.642	0,7%
Setor Público	17.786	17.667	0,7%	17.632	0,9%
Cientes Livres	686	508	35,0%	674	1,8%
Industrial	132	117	12,8%	131	0,8%
Comercial	505	356	41,9%	503	0,4%
Setor Público	48	34	41,2%	39	23,1%
Residencial	1	1	-	1	-
Revenda	26	24	8,3%	24	8,3%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.788.747	2.654.981	5,0%	2.745.381	1,6%
Consumo Próprio	335	316	6,0%	305	9,8%
Consumidores Ativos Não Faturados	206.287	295.150	-30,1%	203.612	1,3%
Total - Número de Consumidores	2.995.369	2.950.447	1,5%	2.949.298	1,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A Companhia encerrou o 1T21 com um aumento de 5,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 1T20, principalmente, pelo aumento nas classes residenciais, reflexo do crescimento vegetativo da área de concessão. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 1,5% entre períodos. No 1T21 os investimentos voltados para conexão de

Comentário do Desempenho

novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 56,2 milhões, 6,4% inferior ao montante investido no 1T20.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia em nossa área de concessão, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 1T21 em 2.827 GWh, uma redução de 8,0% em relação ao volume de energia vendido e transportado no 1T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.259	2.274	-0,7%	2.133	5,9%
Clientes Livres	483	677	-28,7%	725	-33,4%
Revenda	84	123	-31,7%	131	-35,9%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.827	3.074	-8,0%	2.989	-5,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.401	1.309	7,0%	1.261	11,1%
Residencial - Baixa Renda	66	48	37,5%	63	4,8%
Industrial	36	51	-29,4%	43	-16,3%
Comercial	405	486	-16,7%	407	-0,5%
Rural	45	44	2,3%	44	2,3%
Setor Público	305	336	-9,2%	315	-3,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.259	2.274	-0,7%	2.133	5,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

No 1T21, o total de venda de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 0,7%, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada principalmente pelo aumento no consumo na classe residencial baixa renda, devido à maior quantidade de consumidores cadastrados nessa classe em 2020, bem como maior quantidade de pessoas em regime de teletrabalho, decorrente da pandemia do Covid-19.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, com a volta do *lockdown* em algumas cidades do Estado, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Residencial - Convencional	577	561	2,9%	527	9,5%
Residencial - Baixa Renda	463	478	-3,1%	458	1,1%
Industrial	10.830	14.968	-27,6%	13.066	-17,1%
Comercial	3.078	3.575	-13,9%	3.070	0,3%
Rural	710	695	2,2%	695	2,2%
Setor Público	17.134	19.017	-9,9%	17.871	-4,1%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	810	769	5,3%	777	4,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	345	505	-31,7%	529	-34,8%
Comercial	110	137	-19,7%	155	-29,0%
Setor Público	28	34	-17,6%	40	-30,0%
Residencial	0	1	-100,0%	1	-100,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	483	677	-28,7%	725	-33,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Comentário do Desempenho

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Industrial	2.613	4.317	-39,5%	4.038	-35,3%
Comercial	218	385	-43,4%	308	-29,2%
Setor Público	585	1.004	-41,7%	1.018	-42,5%
Residencial	309	1.024	-69,8%	1.109	-72,1%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	705	1.333	-47,1%	1.075	-34,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A redução de 47,1% no transporte de energia per capita para os clientes livres no trimestre, sobretudo nas classes industrial e comercial, foi resultado, principalmente, da contração da atividade econômica resultante da pandemia do COVID-19, conforme descrito anteriormente. Além disso, ocorreu uma adequação no procedimento de faturamento, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês. Apesar da redução do consumo per capita, se considerados o consumo lido mas não faturado no mês de março, a Companhia registrou um aumento no total de volume de energia distribuída para clientes livres.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Itaipu	528	539	-2,0%	549	-3,8%
Angra I e II	101	101	-	102	-1,0%
PROINFA	43	49	-12,2%	60	-28,3%
Leilão e Quotas	2.586	2.641	-2,1%	2.490	3,9%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.258	3.331	-2,2%	3.201	1,8%
Liquidação na CCEE	224	(18)	<-100,0%	(37)	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.483	3.313	5,1%	3.164	10,1%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.184	3.952	5,9%	3.853	8,6%
Energia distribuída (GWh)	2.832	3.080	-8,1%	2.994	-5,4%
Residencial - Convencional	1.401	1.309	7,0%	1.261	11,1%
Residencial - Baixa Renda	66	48	37,5%	63	4,8%
Industrial	36	51	-29,4%	43	-16,3%
Comercial	405	486	-16,7%	407	-0,5%
Rural	45	44	2,3%	44	2,3%
Setor Público	305	336	-9,2%	315	-3,2%
Clientes Livres	483	677	-28,7%	725	-33,4%
Revenda	84	123	-31,7%	131	-35,9%
Consumo Próprio	5	5	-	5	-
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	1.352	872	55,0%	860	57,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	32,3%	22,1%	10,3 p.p	22,3%	10,0 p.p

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

As perdas na distribuição no 1T21 foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

INDICADORES OPERACIONAIS

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

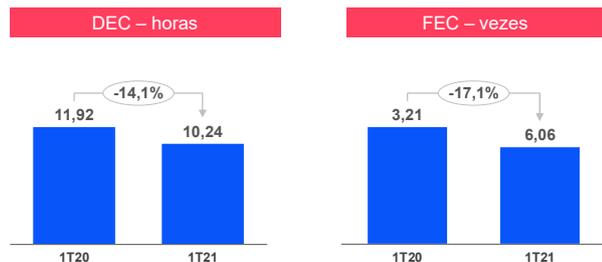
	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)	10,24	11,92	-14,1%	11,24	-8,9%
FEC 12 meses (vezes)	6,06	7,31	-17,1%	6,51	-6,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)	24,84%	21,95%	2,89 p.p	21,91%	2,93 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	93,59%	96,75%	-3,16 p.p	93,63%	0,04 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	293	353	-17,0%	267	9,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	311	366	-15,1%	297	4,8%
PMSO (1)/Consumidor	122,82	64,95	89,1%	115,64	6,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	9.635	8.020	20,1%	9.946	-3,1%

(1) Variação entre 1T21 e 4T19 | (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

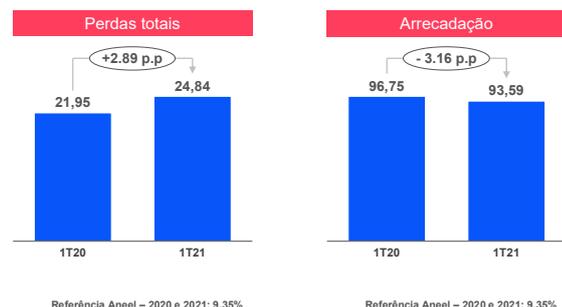
Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram significativa evolução no 1T21 em relação ao 1T20, com redução na ordem de 14,1% e 17,1% respectivamente. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 28,1 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema no 1T21.

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 24,84% no 1T21, um aumento 2,89 p.p. em relação às perdas registradas no 1T21, de 21,95%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo. Nas ações de combate a fraudes de energia, a empresa aumentou em 30% o volume de ações de fiscalizações de medições que serão executadas durante o ano de 2021, com objetivo de identificar e corrigir possíveis perdas de energia advindas de fraudes e avarias de equipamentos de medição.

No 1T21, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 24,8 milhões*.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	2.874.608	2.526.817	13,8%	2.739.374	4,9%
Deduções à Receita Operacional	(1.079.629)	(969.145)	11,4%	(1.005.129)	7,4%
Receita Operacional Líquida	1.794.979	1.557.672	15,2%	1.734.245	3,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.746.801)	(1.447.539)	20,7%	(1.731.744)	0,9%
EBITDA(2)*	167.538	210.844	-20,5%	129.057	29,8%
Margem EBITDA*	9,33%	13,54%	-4,21 p.p	7,44%	1,89 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	10,32%	15,82%	-5,50 p.p	7,93%	2,39 p.p
EBIT(3)*	48.178	110.133	-56,3%	2.501	>100,0%
Margem EBIT*	2,68%	7,07%	-4,39 p.p	0,14%	2,54 p.p
Resultado Financeiro	20.438	(76.745)	<-100,0%	77.304	-73,6%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(23.189)	(11.597)	100,0%	26.361	<-100,0%
Lucro Líquido	45.427	21.791	>100,0%	106.166	-57,2%
Margem Líquida	2,53%	1,40%	1,13 p.p	6,12%	-3,59 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,80%	1,64%	1,16 p.p	6,53%	-3,73 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,27	0,13	>100,0%	0,64	-57,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Fornecimento de Energia	2.375.600	2.073.395	14,6%	2.085.223	13,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(10.312)	(11.688)	-11,8%	(7.920)	30,2%
Subvenção baixa renda	12.092	9.157	32,1%	11.574	4,5%
Subvenção de recursos da CDE	54.748	56.807	-3,6%	62.181	-12,0%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.432.128	2.127.671	14,3%	2.151.058	13,1%
Ativos e passivos financeiros setoriais	131.270	(49.640)	<-100,0%	239.954	-45,3%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	150.921	199.176	-24,2%	214.749	-29,7%
Receita de Construção	171.684	224.943	-23,7%	107.241	60,1%
Outras Receitas	(11.395)	24.667	<-100,0%	26.372	<-100,0%
Total - Receita Operacional Bruta	2.874.608	2.526.817	13,8%	2.739.374	4,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio teve um aumento de 13,8% (R\$ 347,8 milhões) no 1T21 em relação ao 1T20. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,7 bilhões no 1T21, o que representa um aumento de 17,4% (R\$ 401,0 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,3 bilhões. Este resultado é devido, principalmente, aos seguintes efeitos:

- Efeito positivo pelo aumento no fornecimento de energia em R\$ 302,2 milhões, como resultado do maior volume de energia distribuída no mercado cativo (2.259GWh no 1T21 contra 2.034 GWh no 1T20), além do maior mix tarifário, que elevou, em 2020, o efeito médio percebido pelos consumidores em 2,71%;
- Aumento de 32,1%, ou R\$ 2,9 milhões em receita oriunda de subvenção baixa renda, relacionado às medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia;
- Aumento em ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 180,9 milhões, como resultado de constituição de ativo regulatório no período;

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo(a):

- Redução de 24,2% (R\$ 48,3 milhões) na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres – revenda), decorrente da nova sistemática de faturamento dos clientes livres que passou a ser faturado no mês seguinte, apresentando um incremento na receita não faturada do mês anterior. Isso levou a um aumento da receita não-faturada em R\$ 196,6 milhões.

Comentário do Desempenho

- Redução de R\$ 36 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência da bandeira amarela, no 1T21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava no 1T20 (exceto em janeiro/20, quando estava vigente a bandeira amarela).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
ICMS	(639.767)	(591.206)	8,2%	(596.445)	7,3%
PIS	(45.764)	(38.654)	18,4%	(43.525)	5,1%
COFINS	(210.791)	(178.042)	18,4%	(200.479)	5,1%
ISS	(1.225)	(1.005)	21,9%	(1.026)	19,4%
Total - Tributos	(897.547)	(808.907)	11,0%	(841.475)	6,7%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(163.670)	(144.994)	12,9%	(145.409)	12,6%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(16.200)	(13.218)	22,6%	(16.096)	0,6%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.212)	(2.026)	9,2%	(2.149)	2,9%
Total - Encargos Setoriais	(182.082)	(160.238)	13,6%	(163.654)	11,3%
Total - Deduções da Receita	(1.079.629)	(969.145)	11,4%	(1.005.129)	7,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

As deduções da receita no 1T21 registraram aumento de 11,4%, R\$ 110,5 milhões em comparação com o 1T20. Os principais efeitos são apresentados a seguir: (i) o aumento de 11,0% (R\$ 88,6 milhões) no total de tributos, decorrente sobretudo do aumento da base de cálculo de ICMS, PIS e COFINS; e (ii) aumento de 13,6% (R\$ 21,8 milhões) em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pelo aumento de R\$ 18,7 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético, "CDE", em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(791.740)	(708.993)	11,7%	(855.581)	-7,5%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(191.308)	(143.156)	33,6%	(190.731)	0,3%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(105.954)	(1.171)	>100,0%	(75.356)	40,6%
Total - Não gerenciáveis	(1.089.002)	(853.320)	27,6%	(1.121.668)	-2,9%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(47.517)	(38.844)	22,3%	(32.038)	48,3%
Material e Serviços de Terceiros	(131.687)	(134.689)	-2,2%	(124.725)	5,6%
Depreciação e Amortização	(119.360)	(100.711)	18,5%	(126.556)	-5,7%
Custo de Desativação de Bens	-	(12.316)	-100,0%	(36.100)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(91.476)	(44.878)	>100,0%	(126.795)	-27,9%
Custo de Construção	(171.684)	(224.943)	-23,7%	(107.241)	60,1%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(22.616)	(27.991)	-19,2%	(1.233)	>100,0%
Recuperação de Perdas	-	13.882	-100,0%	-	-
Perda de recebíveis de clientes	(39.805)	(19.679)	>100,0%	(35.617)	11,8%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	1.129	20.348	-94,5%	867	30,2%
Outras receitas/despesas operacionais	(34.783)	(24.398)	42,6%	(20.638)	68,5%
Total - Gerenciáveis	(657.799)	(594.219)	10,7%	(610.076)	7,8%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.746.801)	(1.447.539)	20,7%	(1.731.744)	0,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais no 1T21 tiveram um incremento de 20,7% (R\$ 299,3 milhões) em relação ao 1T20. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão no 1T21, o que representa um aumento de 28,8% (R\$ 352,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1,1 bilhão, montante 27,6% (R\$ 235,7 milhões) superior ao registrado no 1T20 (R\$ 853,3 milhões). Os principais efeitos foram:

- aumento na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 82,7 milhões) decorrente, principalmente, de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior custo com risco hidrológico registrado no trimestre;
- aumento de R\$ 48,2 milhões em custos com Encargos do Uso do Sistema de Transmissão, decorrente, principalmente, do reajuste anual das transmissoras que ocorre em julho/2020;
- aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (ESS), em um montante de R\$ 104,8 milhões, em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 1T21, apresentaram aumento de R\$ 116,9 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 46,6 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Aumento de R\$ 20,1 milhões em perda de recebíveis de clientes, devido, principalmente, ao aumento na baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Redução de R\$ 19,2 milhões em receita de multa por impontualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;
- Efeito *one-off*, de R\$ 13,9 milhões, registrado no 1T20, em razão da decisão judicial favorável à Companhia relativa à dívida com o Estado no ano de 1994 registrado em recuperação de perdas;
- Aumento de R\$ 10,4 milhões em outras despesas operacionais reflexo parcial do contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março de 2020, conforme despacho Aneel nº 560/2020, além de despesas com laudos de medidores para identificação de falhas ou furtos e manipulação;
- Aumento de R\$ 8,7 milhões com despesas de pessoal, reflexo de constituição de provisão para reestruturação organizacional, parcialmente compensados por maior capitalização de custos de pessoal;

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 5,4 milhões na rubrica de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, em decorrência da menor quantidade de processos reconhecidos no período, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	45.427	21.791	>100,0%	21.791	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	23.189	11.597	100,0%	(26.361)	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	(20.438)	76.745	<-100,0%	(77.304)	-73,6%
(=) EBIT	48.178	110.133	-56,3%	(81.874)	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	119.360	100.711	18,5%	126.556	-5,7%
(=) EBITDA	167.538	210.844	-20,5%	44.682	>100,0%
(1) Variação entre 1T21 e 4T20					

Resultado Financeiro*

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	1.897	560	>100,0%	2.909	-34,8%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	8.528	15.976	-46,6%	4.160	>100,0%
Variação cambial	-	3.513	-100,0%	4.891	-100,0%
Receita de ativo indenizável	90.375	28.125	>100,0%	117.963	-23,4%
Variação cambial de dívida	233.043	-	-	183	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	-	3.635	-100,0%	(1.282)	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	394.827	288.567	36,8%	(72.299)	<-100,0%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	7.542	7.548	-0,1%	(3.704)	<-100,0%
Outras receitas financeiras	2.807	606	>100,0%	10.461	-73,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(488)	(979)	-50,2%	(753)	-35,2%
Total - Receitas Financeiras	738.531	347.551	>100,0%	62.529	>100,0%
Despesas financeiras					
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(15.091)	-	-	-	-
Variação cambial de dívidas	(387.604)	(271.917)	42,5%	75.298	<-100,0%
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	(8.515)	-74,7%	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(32.755)	(29.517)	11,0%	(30.141)	8,7%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(21.210)	(61.624)	-65,6%	(10.370)	>100,0%
Encargo de fundo de pensão	(9.731)	(7.374)	32,0%	(8.027)	21,2%
Juros debêntures	(5.236)	(18.056)	-71,0%	(7.780)	-32,7%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(235.601)	(17.682)	>100,0%	10.321	<-100,0%
Outras despesas financeiras	(8.707)	(9.611)	-9,4%	(14.526)	-40,1%
Total - Despesas Financeiras	(718.093)	(424.296)	69,2%	14.775	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	20.438	(76.745)	<-100,0%	77.304	-73,6%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

O resultado financeiro líquido da Enel Distribuição Rio apresentou uma receita de R\$ 20,4 milhões, montante R\$ 97,2 milhões melhor que o registrado no 1T20, como consequência das seguintes variações relevantes: (i) maior receita de ativo indenizável no valor de R\$ 62,3 milhões, em razão, sobretudo, do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária e do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo; (ii) redução de R\$ 40,4 milhões em atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista, devido ao reconhecimento, no 1T20, da decisão, em segunda instância, da restituição do valor cobrado a maior (efeito cascata) de tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80; (iii) menores despesas com juros de debêntures, em R\$ 12,8 milhões, conforme menor taxa de juros média do período¹.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Maior despesa com variação monetária líquida de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$15,1 milhões, devido ao menor saldo médio das CVAs ativas.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
IR e CSLL - correntes	(63.442)	-	-	-	-
IR e CSLL - diferidos	40.253	(11.597)	<-100,0%	(26.932)	<-100,0%
Total	(23.189)	(11.597)	100,0%	(26.932)	-13,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T21 registraram uma redução de R\$ 11,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na base de cálculo desses tributos.

¹ O valor do CDI médio registrado no 1T21 foi de 0,14%, enquanto o CDI médio no 1T20 foi de 0,34%.

Comentário do Desempenho

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.429.315	3.976.292	11,4%	4.278.639	3,5%
Dívida com Terceiros	2.605.661	2.974.633	-12,4%	2.211.517	17,8%
Dívida Intercompany	1.823.654	1.001.659	82,1%	2.067.122	-11,8%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	380.410	257.214	47,9%	696.241	-45,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.048.905	3.719.078	8,9%	3.582.398	13,0%
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (2)*	4,08	3,15	29,5%	4,06	0,5%
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (2)*	3,73	2,95	26,4%	3,40	9,7%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,55	0,52	6,3%	0,54	1,4%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,53	0,50	1,9%	0,50	2,4%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20 | (2) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 453 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 2.480 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 750 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 880 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 153 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 2.094 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 138 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 1T21 com o custo médio de dívida no período de 3,64% a.a.*, ou CDI + 1,58 a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia do COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020 e 2021, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020 e, posteriormente, mais R\$ 600 milhões por meio do despacho N° 902 de 30 de março de 2021, totalizando um montante de R\$ 3.300 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.066 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas n° 17 e 18 das Informações trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2021, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido na debênture de 10ª emissão da Enel Distribuição Rio.

Comentário do Desempenho

Cálculo dos Indicadores Financeiros*

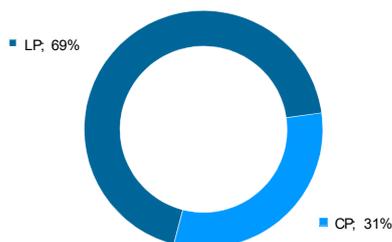
1T21

Lucro (prejuízo) Líquido	72.560
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(38.488)
(-) Resultado Financeiro	(140.738)
(-) Provisões para Contingências	(17.887)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(361.989)
(-) Depreciação e Amortização	(454.131)
EBITDA 12 Meses	1.085.793
Empréstimos e Financiamentos	1.605.386
Debêntures	1.000.276
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	1.448.409
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	267.768
(-) Aplicações Financeiras	112.642
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	3.673.661

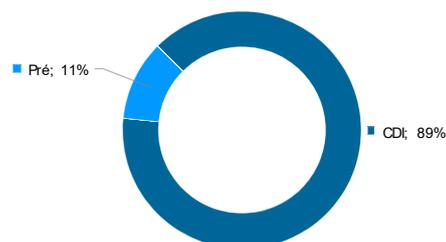
Covenant Financeiro

Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50 **3,38**

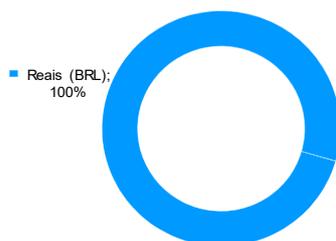
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/21



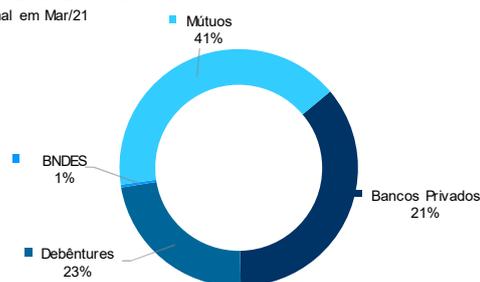
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/21



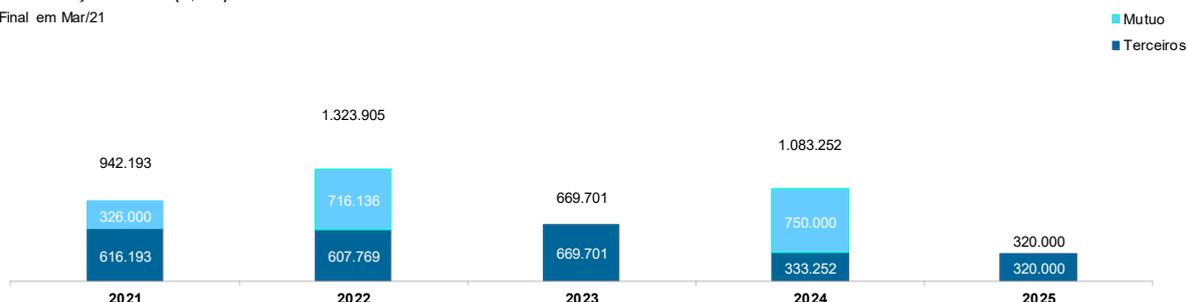
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/21



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/21



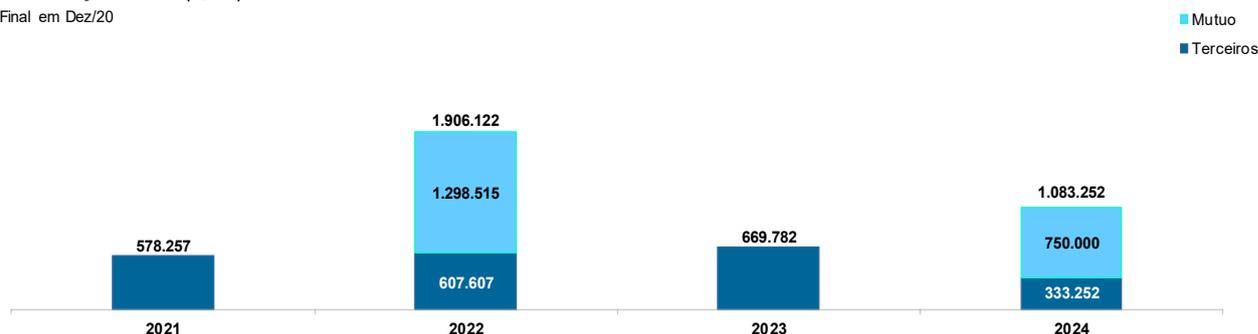
Curva de Amortização da dívida (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/21



Comentário do Desempenho

Curva de Amortização da dívida (R\$ Mil)

Posição Final em Dez/20



INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Novas Conexões	56.215	60.047	-6,4%	59.110	-4,9%
Rede	52.871	81.637	-35,2%	45.135	17,1%
Combate às Perdas	24.794	24.196	2,5%	23.767	4,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	19.801	53.996	-63,3%	14.999	32,0%
Adequação à carga	8.275	3.445	>100,0%	6.369	29,9%
Outros	29.895	40.787	-26,7%	51.444	-41,9%
Total Investido (2)	138.981	182.471	-23,8%	155.689	-10,7%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(342)	-100,0%	-	-
Investimento Líquido	138.981	182.129	-23,7%	216.842	-35,9%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

(2) Valores não consideram capitalização de juros sobre obras em andamento (JOA) nem variações de estoque

No 1T21, a Companhia investiu R\$ 139 milhões, uma redução de 23,7% em comparação ao mesmo período do ano passado. O foco dos investimentos foi na expansão por meio de novas conexões para acompanhar o crescimento vegetativo da área de concessão, além de atividades de adequação de infraestrutura, principalmente no combate às perdas. Na rubrica "outros", destacam-se também o investimento em manutenção que aumentam a vida útil dos ativos (R\$ 10,8 milhões).

5 TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

Em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

Comentário do Desempenho

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, e assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e no 1º trimestre de 2021 podem ser observadas conforme quadros abaixo:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2							
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Amarela	Amarela									
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Reajuste Tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, aplicado a partir de 15 de março de 2021. O resultado leva ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores de +6,02%, sendo +10,38% para os consumidores conectados em alta tensão e +4,63% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória n.º 2.836 e vigorará de 15 de março de 2021 a 14 de março de 2022.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa n.º 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL n.º 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. A Companhia requereu por meio da Conta-COVID o total de R\$ 799,5 milhões, recebidos integralmente em 2020.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública n.º 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Comentário do Desempenho

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração às ações de máximo esforço que a ENEL Rio tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão, a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (I)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (R\$ MIL)

	1T21	1T20	Var. %	4T20	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	2.874.608	2.526.817	13,8%	2.739.374	4,9%
Fornecimento de Energia	2.375.600	2.073.395	14,6%	2.085.223	13,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(10.312)	(11.688)	-11,8%	(7.920)	30,2%
Ativos e passivos financeiros setoriais	131.270	(49.640)	<-100,0%	239.954	-45,3%
Subvenção baixa renda	12.092	9.157	32,1%	11.574	4,5%
Subvenção de recursos da CDE	54.748	56.807	-3,6%	62.181	-12,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	150.921	199.176	-24,2%	214.749	-29,7%
Receita de Construção	171.684	224.943	-23,7%	107.241	60,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-
Outras Receitas	(11.395)	24.667	<-100,0%	26.372	<-100,0%
Deduções da Receita	(1.079.629)	(969.145)	11,4%	(1.005.129)	7,4%
ICMS	(639.767)	(591.206)	8,2%	(596.445)	7,3%
PIS	(45.764)	(38.654)	18,4%	(43.525)	5,1%
COFINS	(210.791)	(178.042)	18,4%	(200.479)	5,1%
ISS	(1.225)	(1.005)	21,9%	(1.026)	19,4%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(163.670)	(144.994)	12,9%	(145.409)	12,6%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(16.200)	(13.218)	22,6%	(16.096)	0,6%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.212)	(2.026)	9,2%	(2.149)	2,9%
Receita Operacional Líquida	1.794.979	1.557.672	15,2%	1.734.245	3,5%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(1.746.801)	(1.447.539)	20,7%	(1.731.744)	0,9%
Custos e despesas não gerenciáveis	(1.089.002)	(853.320)	27,6%	(1.121.668)	-2,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(791.740)	(708.993)	11,7%	(855.581)	-7,5%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(191.308)	(143.156)	33,6%	(190.731)	0,3%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(105.954)	(1.171)	>100,0%	(75.356)	40,6%
Custos e despesas gerenciáveis	(657.799)	(594.219)	10,7%	(610.076)	7,8%
Pessoal	(47.517)	(38.844)	22,3%	(32.038)	48,3%
Material e Serviços de Terceiros	(131.687)	(134.689)	-2,2%	(124.725)	5,6%
Depreciação e Amortização	(119.360)	(100.711)	18,5%	(126.556)	-5,7%
Custo de Desativação de Bens	-	(12.316)	-100,0%	(36.100)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(91.476)	(44.878)	>100,0%	(126.795)	-27,9%
Custo de Construção	(171.684)	(224.943)	-23,7%	(107.241)	60,1%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(22.616)	(27.991)	-19,2%	(1.233)	>100,0%
Recuperação de Perdas	-	13.882	-100,0%	-	-
Perda de recebíveis de clientes	(39.805)	(19.679)	>100,0%	(35.617)	11,8%
Receita de multa por impontualidade de clientes	1.129	20.348	-94,5%	867	30,2%
Outras receitas/despesas operacionais	(34.783)	(24.398)	42,6%	(20.638)	68,5%
EBITDA (3)	167.538	210.844	-20,5%	129.057	29,8%
Margem EBITDA	9,33%	13,54%	-4,21 p.p	7,44%	1,89 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	10,32%	15,82%	-5,50 p.p	7,93%	2,39 p.p
Resultado do Serviço (EBIT)	48.178	110.133	-56,3%	2.501	>100,0%
Resultado Financeiro	20.438	(76.745)	<-100,0%	77.304	-73,6%
Receita Financeira	738.531	347.551	>100,0%	62.529	>100,0%
Renda de Aplicação Financeira	1.897	560	>100,0%	2.909	-34,8%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	8.528	15.976	-46,6%	4.160	>100,0%
Varição cambial	-	3.513	-100,0%	4.891	-100,0%
Receita de ativo indenizável	90.375	28.125	>100,0%	117.963	-23,4%
Varição cambial de dívidas	233.043	-	-	183	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	-	3.635	-100,0%	(1.282)	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	394.827	288.567	36,8%	(72.299)	<-100,0%
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	7.542	7.548	-0,1%	(3.704)	<-100,0%
Outras receitas financeiras	2.807	606	>100,0%	10.461	-73,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(488)	(979)	-50,2%	(753)	-35,2%
Despesas financeiras	(718.093)	(424.296)	69,2%	14.775	<-100,0%
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	(15.091)	-	-	-	-
Varição cambial de dívidas	(387.604)	(271.917)	42,5%	75.298	<-100,0%
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	(8.515)	-74,7%	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(32.755)	(29.517)	11,0%	(30.141)	8,7%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(21.210)	(61.624)	-65,6%	(10.370)	>100,0%
Encargo de fundo de pensão	(9.731)	(7.374)	32,0%	(8.027)	21,2%
Juros debêntures	(5.236)	(18.056)	-71,0%	(7.780)	-32,7%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(235.601)	(17.682)	>100,0%	10.321	<-100,0%
Outras despesas financeiras	(8.707)	(9.611)	-9,4%	(14.526)	-40,1%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	68.616	33.388	>100,0%	79.805	-14,0%
Tributos e Outros	(23.189)	(11.597)	100,0%	26.361	<-100,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	45.427	21.791	>100,0%	106.166	-57,2%
Margem Líquida	2,53%	1,40%	1,13 p.p	6,12%	-3,59 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,80%	1,64%	1,16 p.p	6,53%	-3,73 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	0,2726	0,1308	>100,0%	0,6371	-57,2%

(1) Variação entre 1T21 e 4T20

Comentário do Desempenho

7 ANEXO 2: BALANÇOS PATRIMONIAIS (IFRS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVOS	1T21	2020
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	545.173	566.686
Títulos e valores mobiliários	112.642	129.555
Consumidores e outras contas a receber	1.988.428	1.843.952
Subvenção CDE - desconto tarifário	48.049	22.015
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	92.104	38.044
Outros tributos compensáveis	112.808	142.473
Serviço em curso	41.717	41.256
Instrumentos financeiros derivativos - swap	189.887	330.288
Outros créditos	282.112	132.143
Total do ativo circulante	3.412.920	3.246.412
NÃO CIRCULANTE		
Consumidores e outras contas a receber	39.760	44.444
Ativo financeiro setorial	91.939	-
Depósitos vinculados a litígios	260.133	257.473
Outros tributos compensáveis	106.936	106.522
Serviço em curso	-	-
Tributos diferidos	362.501	305.138
Instrumentos financeiros derivativos - swap	20.260	3.231
Ativo indenizável (concessão)	4.386.783	4.321.429
Imobilizado	97.739	101.701
Intangível	2.563.803	2.633.051
Ativos contratuais	764.460	619.469
Total do ativo não circulante	8.694.314	8.392.458
TOTAL DOS ATIVOS	12.107.234	11.638.870
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.393.802	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	1.582.705	925.268
Obrigações por arrendamentos	13.800	15.018
Debêntures	1.252	5.987
Salários, provisões e encargos sociais	85.550	76.609
Imposto de renda e contribuição social a pagar	63.442	-
Outras obrigações fiscais	188.003	200.161
Passivo financeiro setorial	404.028	301.498
Dividendos a pagar	57.987	57.987
Encargos setoriais	49.912	39.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	1.462	103
Provisão para processos judiciais e outros riscos	183.346	179.662
Outras obrigações	125.072	108.903
Total do passivo circulante	4.150.361	2.996.435
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	2.051.633	2.681.857
Debêntures	999.024	998.943
Obrigações por arrendamentos	21.943	26.721
Passivo financeiro setorial	-	87.986
Instrumentos financeiros derivativos - swap	3.387	-
Encargos setoriais	52.856	50.654
Benefícios pós-emprego	582.196	590.246
Provisão para processos judiciais e outros riscos	634.331	605.629
Outras obrigações	8.055	9.164
Total do passivo não circulante	4.353.425	5.051.200
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital	23.254	23.254
Reservas de lucros	1.068.340	1.068.340
Outros resultados abrangentes	(31.803)	1.411
Lucros Acumulados	45.427	-
Total do patrimônio líquido	3.603.448	3.591.235
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS	12.107.234	11.638.870



Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais em 31 de março de 2021

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	267.768	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	112.642	129.555
Consumidores e outras contas a receber	7	1.988.428	1.843.952
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	48.049	22.015
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	92.104	38.044
Outros tributos compensáveis	9	112.808	142.473
Serviço em curso		41.717	41.256
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	189.887	330.288
Outros créditos		282.112	132.143
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.135.515	3.246.412
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores e outras contas a receber	7	39.760	44.444
Ativo financeiro setorial	10	91.939	-
Depósitos vinculados a litígios	23	260.133	257.473
Outros tributos compensáveis	9	106.936	106.522
Tributos diferidos	29	362.501	305.138
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	20.260	3.231
Ativo indenizável (concessão)	11	4.386.783	4.321.429
Imobilizado	12	97.739	101.701
Intangível	13	2.563.803	2.633.051
Ativos contratuais	14	764.460	619.469
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.694.314	8.392.458
TOTAL DO ATIVO		11.829.829	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.03.2021	31.12.2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	15	1.116.397	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	17	1.582.705	925.268
Obrigações por arrendamentos	19	13.800	15.018
Debêntures	18	1.252	5.987
Salários, provisões e encargos sociais		85.550	76.609
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	63.442	-
Outras obrigações fiscais	16	188.003	200.161
Passivo financeiro setorial	10	404.028	301.498
Dividendos a pagar		57.987	57.987
Encargos setoriais	20	49.912	39.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	1.462	103
Provisão para processos judiciais e outros riscos	23	183.346	179.662
Outras obrigações		125.072	108.903
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.872.956	2.996.435
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	17	2.051.633	2.681.857
Debêntures	18	999.024	998.943
Obrigações por arrendamentos	19	21.943	26.721
Passivo financeiro setorial	10	-	87.986
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	3.387	-
Encargos setoriais	20	52.856	50.654
Benefícios pós-emprego	22	582.196	590.246
Provisão para processos judiciais e outros riscos	23	634.331	605.629
Outras obrigações		8.055	9.164
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.353.425	5.051.200
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	24	2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.068.340	1.068.340
Outros resultados abrangentes		(31.803)	1.411
Lucros acumulados		45.427	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.603.448	3.591.235
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.829.829	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.03.2021	31.03.2020
Receita líquida	26	1.794.979	1.557.672
Custo do serviço		(1.558.229)	(1.327.016)
Lucro operacional bruto		236.750	230.656
Receitas (despesas) operacionais	27		
Despesas com vendas		(131.403)	(54.763)
Despesas gerais e administrativas		(58.445)	(88.829)
Outras receitas operacionais		1.276	23.069
Total de receitas (despesas) operacionais		(188.572)	(120.523)
Resultado do serviço público de energia elétrica		48.178	110.133
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		738.531	347.551
Despesas financeiras		(718.093)	(424.296)
Total resultado financeiro		20.438	(76.745)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		68.616	33.388
Imposto de renda e contribuição social correntes		(63.442)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		40.253	(11.597)
	29	(23.189)	(11.597)
Lucro líquido do período		45.427	21.791
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	25	0,272615	0,130771

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	45.427	21.791
Outros resultados abrangentes:		
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
(Perda) ganho em instrumentos financeiros derivativos	(50.324)	10.077
Tributos diferidos sobre perda/ganho em instrumentos financeiros derivativos	17.110	(3.426)
	(33.214)	6.651
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	12.213	28.442

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Lucros acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	-	697	3.660.976
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	21.791	-	21.791
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	10.077	10.077
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(3.426)	(3.426)
Saldos em 31 de março de 2020	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	21.791	7.348	3.689.418
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	45.427	-	45.427
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(50.324)	(50.324)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	17.110	17.110
Saldos em 31 de março de 2021	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	45.427	(31.803)	3.603.448

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	45.427	21.791
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	131.281	30.996
Depreciação e amortização	127.264	108.161
Juros e variações monetárias	217.463	383.720
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(159.226)	(270.326)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(7.542)	(7.548)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(90.375)	(28.125)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	4.795
Tributos e contribuições social diferidos	(40.253)	11.597
Perda de recebíveis de clientes	-	19.679
Provisão para processos judiciais e outros riscos	36.231	27.991
Obrigações com benefício pós-emprego	9.978	8.196
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores e outras contas a receber	(271.073)	(152.352)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(24.743)	(25.016)
Ativos financeiros setoriais	(84.397)	40.138
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	3.303	3.421
Outros tributos compensáveis	(28.112)	(21.919)
Depósitos vinculados a litígios	(2.660)	(306)
Serviço em curso	(461)	(2.227)
Outros créditos	(149.969)	8.860
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	31.045	(111.572)
Salários, provisões e encargos sociais	8.941	11.967
Imposto de renda e contribuição social a pagar	63.442	-
Outras obrigações fiscais	3.342	(31.946)
Passivos financeiros setoriais	14.544	38.737
Encargos setoriais	10.024	(8.099)
Outras obrigações	15.060	(2.181)
	(141.466)	58.432
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(18.028)	(18.606)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(15.500)	(8.106)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(39.820)	(55.431)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	4.455	(5.022)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(25.055)	(33.211)
Pagamentos de juros de arrendamento	(695)	(801)
Caixa líquido gerado/utilizado pelas atividades operacionais	(236.109)	(62.745)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(174.024)	(225.215)
Títulos e valores mobiliários	16.913	(7.427)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(157.111)	(232.642)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	680.000	199.112
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(812.267)	(61.223)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(5.996)	(2.035)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	232.565	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	94.302	135.854
Variação no caixa líquido da Companhia	(298.918)	(159.533)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	267.768	143.529

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2021	31.03.2020
1. RECEITAS	2.784.408	2.518.890
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	2.875.884	2.549.886
Fornecimento de energia elétrica	2.702.924	2.301.874
Outras receitas	1.276	23.069
Receita relativa à construção de ativos próprios	171.684	224.943
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(91.476)	(30.996)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.571.619)	(1.364.926)
Materiais	(136.710)	(127.120)
Outros custos operacionais	(98.844)	(85.275)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.183.883)	(929.519)
Serviços de terceiros	(152.182)	(223.012)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.212.789	1.153.964
4. RETENÇÕES	(127.264)	(108.161)
Depreciação e amortização	(127.264)	(108.161)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.085.525	1.045.803
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	738.531	347.551
Receitas financeiras	738.531	347.551
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.824.056	1.393.354
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.824.056	1.393.354
Empregados (Colaboradores)	59.628	48.800
Remunerações	43.354	28.326
FGTS	1.578	1.203
Outros encargos sociais	2.204	2.037
Previdência privada	1.974	3.570
Auxílio-alimentação	3.559	6.579
Convênio assistencial e outros benefícios	2.463	2.708
Participação nos resultados	4.496	4.377
Tributos (Governo)	1.003.885	898.248
Federais	179.327	144.025
Imposto de renda e contribuição social	23.189	11.597
COFINS	123.096	103.493
PIS	26.724	22.469
INSS	6.318	6.466
Estaduais	639.767	591.244
ICMS	639.767	591.206
Outros	-	38
Municipais	2.709	2.741
ISS	1.225	1.005
IPTU	1.440	1.252
Outros	44	484
Encargos setoriais	182.082	160.238
CDE - Conta de desenvolvimento energético	163.670	144.994
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	16.200	13.218
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.212	2.026
Remuneração de capitais de terceiros	715.116	424.515
Juros	718.093	424.297
Aluguéis	(2.977)	218
Remuneração de capitais próprios	45.427	21.791
Reserva de lucro	45.427	21.791

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município de Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Ampla é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adotam o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas há como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

Ao término do primeiro trimestre de 2021, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19. Com base no agravamento da pandemia no Brasil, diversos estados e municípios intensificaram políticas de distanciamento social, culminando no fechamento de diversos setores da economia ao longo dos primeiros três meses de 2021.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021, que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais), tal impedimento perdurará até 30 de junho de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa 928 não impede e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março/2021 (REN 928/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dez/21 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais:

- Fechamento das lojas: Exigido reforço nos canais de atendimento eletrônico e telefônico;
- Fechamento de postos de arrecadação: Impedido o corte e cobrança de juros de multas de unidades afetadas;
- Impedimento de realização de leitura presencial: Definido pelo faturamento pela média, afastada devolução em dobro;
- Impossibilidade de envio da fatura impressa: Impedido o corte por inadimplência e permitido o envio por outras vias.

Tais medidas vigorarão até 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogada ou antecipada conforme evolução do cenário de pandemia no Brasil.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, foram originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso foi a CCEE, que foi responsável pelo repasse para as distribuidoras,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguinte o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologou mensalmente de julho a dezembro de 2020 o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 799.490, que foram integralmente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tais montantes foram registrados como passivos financeiros setoriais.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia,. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 311.924, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

O fim da pandemia por COVID-19 é altamente dependente do avanço do programa de imunização de cada país, dessa forma, a Companhia entende que não é possível projetar o fim da pandemia. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações trimestrais

Em 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Reajuste tarifário anual

Reajuste tarifário anual de 2021

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +6,02% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	16,96%
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Índice de Reajuste Total	12,67%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito Para o Consumidor	6,12%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e dos encargos com o PROINFA e TFSEE;
 - Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico;
 - Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Receitas Irrecuperáveis - aumento de +0,19% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
 - Fator X de 0,09%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de -R\$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R\$ 467.594 positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais positivo de R\$ 118.840, Sobrecontratação positivo de R\$ 21.045, Reversão Efeito Conta-COVID negativo de -R\$ 806.237, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 158.170.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

4.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O *International Accounting Standards Board* (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

4.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

4.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforma se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

4.2.2 Requisitos de hedge accounting

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

4.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	53.189	58.991
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	55.208	305.345
Operações compromissadas	154.635	196.421
	209.843	501.766
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos *	4.736	5.925
Operações compromissadas	-	4
Total de fundos de investimento não exclusivos	4.736	5.929
Total	267.768	566.686

* Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de março de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.03.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	93.046	92.646
Fundos de investimentos exclusivos	19.596	36.909
Títulos públicos	14.943	31.397
LF - Letra Financeira	4.653	5.512
Total	112.642	129.555

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 10,89% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2020 (7,11% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Consumidores e outras contas a receber

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.03.2021
Classes de consumidores:				
Residencial	232.612	389.440	1.030.195	1.652.247
Industrial	28.545	9.732	52.890	91.167
Comercial	80.630	61.560	179.323	321.513
Rural	6.027	8.039	13.541	27.607
Poder público	41.883	29.085	112.285	183.253
Iluminação pública	29.896	28.793	104.153	162.842
Serviço público	23.287	1.231	3.965	28.483
Fornecimento faturado	442.880	527.880	1.496.352	2.467.112
Receita não faturada	441.884	-	-	441.884
Parcelamento de débitos	158.547	-	-	158.547
Compartilhamento - uso mútuo	9.602	14.677	35.353	59.632
Agente de cobrança da iluminação pública	6.473	797	1.413	8.683
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136
Subtotal	1.059.386	543.354	1.537.254	3.139.994
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(25.826)	(49.922)	(1.036.058)	(1.111.806)
Total	1.033.560	493.432	501.196	2.028.188
Circulante				1.988.428
Não circulante				39.760

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2020
Classes de consumidores:				
Residencial	267.446	290.859	951.784	1.510.089
Industrial	76.409	10.611	53.078	140.098
Comercial	134.993	56.403	172.807	364.203
Rural	6.913	7.014	12.022	25.949
Poder público	44.227	24.629	98.822	167.678
Iluminação pública	35.623	28.631	92.110	156.364
Serviço público	27.762	1.030	3.584	32.376
Fornecimento faturado	593.373	419.177	1.384.207	2.396.757
Receita não faturada	304.475	-	-	304.475
Parcelamento de débitos	158.257	-	-	158.257
Compartilhamento - uso mútuo	4.509	9.436	29.094	43.039
Agente de cobrança da iluminação pública	-	806	1.256	2.062
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136
Subtotal	1.060.614	429.419	1.418.693	2.908.726
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(25.484)	(39.414)	(955.432)	(1.020.330)
Total	1.035.130	390.005	463.261	1.888.396
Circulante				1.843.952
Não circulante				44.444

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	31.03.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(131.281)	39.805	(1.111.806)
Outros ativos	(23.529)	-	-	(23.529)
	(1.043.859)	(131.281)	39.805	(1.135.335)
Circulante	(1.038.494)			(1.131.199)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	(1.043.859)			(1.135.335)

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	31.03.2020
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(63.050)	19.224	(893.818)
Outros ativos	(11.600)	(1.507)	455	(12.652)
	(861.592)	(64.557)	19.679	(906.470)
Circulante	(817.914)			(863.412)
Não Circulante	(43.678)			(43.058)
Total	(861.592)			(906.470)

O aumento na perda esperada no trimestre findo em 31 de março de 2021 está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

A seguir é apresentado a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa de consumidores e outras contas a receber.

	31.03.2021	31.12.2020
Residencial	(806.670)	(746.130)
Industrial	(51.202)	(51.739)
Comercial	(137.966)	(131.949)
Rural	(8.483)	(7.407)
Poder público	(32.428)	(17.891)
Iluminação pública	(26.482)	(20.002)
Serviço público	(5.432)	(4.274)
Parcelamento de débitos de consumidores	(11.418)	(12.272)
Outros	(31.725)	(28.666)
	(1.111.806)	(1.020.330)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	31.03.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsidio CDE	6.744	2.547
Subsidio CDE mensal - ciclo corrente	21.589	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	16	18.835
CDE a receber - diferença ciclo anterior	19.700	633
Total	48.049	22.015

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsidio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

9. Tributos a compensar

	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	12.768	1.560
Contribuição social	5.786	1.648
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	73.550	34.836
Total	92.104	38.044

- a) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações dos instrumentos financeiros derivativos.

	31.03.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (b)	88.780	106.936	92.524	106.522
PIS e COFINS (c)	-	-	20.983	-
Outros tributos (d)	24.028	-	28.966	-
Total	112.808	106.936	142.473	106.522

- b) Em 31 de março, o total de crédito de ICMS, está composto de, R\$ 110.524 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.918 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 7.991 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 24.730 ao pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e R\$ 13.764 de Incentivos culturais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) A variação no período decorre dos valores de PIS/COFINS a recuperar que foram recebidos de órgãos públicos (órgãos da administração direta, autarquias e fundações da administração pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios) pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 2020, em conformidade com o artigo 64 da Lei 9.430/1996. Esses valores foram compensados ao longo do 1º trimestre de 2021.
- d) Outros tributos é composto principalmente pelo FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior compensação.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.03.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA	(91.719)	206.057	(51.906)	58.227	(1.490)	4.445	123.614	(75.508)	199.122	(66.779)	190.393
Aquisição de energia - (CVA)energ	(116.523)	52.726	(79.863)	58.227	1.654	16.759	(67.020)	(145.478)	78.458	(142.039)	75.019
Proinfra	2.182	2.946	425	-	(7)	(294)	5.252	5.252	-	5.252	-
Transporte rede básica	9.713	44.159	(5.592)	-	(606)	(14.870)	32.804	(11.672)	44.476	(9.722)	42.526
Transporte de energia - Itaipu	232	3.909	(1.669)	-	106	(860)	1.718	(2.196)	3.914	(2.024)	3.742
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.391	82.711	21.424	-	(1.345)	8.528	112.709	42.685	70.024	45.755	66.954
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	19.606	13.369	-	(1.292)	(4.818)	38.151	35.901	2.250	35.999	2.152
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(63.843)	40.962	(104.553)	(6.059)	(4.445)	(435.703)	(332.736)	(102.967)	(337.249)	(98.454)
Aliquota efetiva PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	61.398	(7.033)	(2.042)	-	(743)	(12.987)	38.593	53.154	(14.561)	52.516	(13.923)
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(4.892)	19.036	(104.553)	(2.672)	(10.924)	(135.997)	(70.341)	(65.656)	(73.219)	(62.778)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(4.426)	7.234	-	(856)	-	(27.406)	(27.096)	(310)	(27.109)	(297)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	7.802	-	-	34.174	(85.818)	(85.818)	-	(85.818)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(47.438)	44.942	-	(1.620)	-	(222.300)	(195.932)	(26.368)	(197.088)	(25.212)
Outros	48.165	(54)	(36.010)	-	(168)	(14.708)	(2.775)	(6.703)	3.928	(6.531)	3.756
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	142.214	(10.944)	(46.326)	(7.549)	-	(312.089)	(408.244)	96.155	(404.028)	91.939

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.03.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA	237.986	126.634	(136.321)	(29.235)	4.643	-	203.707	215.144	(11.437)	214.642	(10.935)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	390.141	141.652	(150.909)	(29.235)	9.982	-	361.631	333.804	27.827	335.023	26.608
Proinfa	(1.109)	(2.214)	(175)	-	(12)	-	(3.510)	(3.532)	22	(3.531)	21
Transporte rede básica	29.316	14.082	(4.093)	-	353	-	39.658	26.608	13.050	27.180	12.478
Transporte de energia - Itaipu	8.765	1.834	(2.225)	-	91	-	8.465	6.626	1.839	6.707	1.758
ESS	(116.031)	(41.302)	38.921	-	(1.887)	-	(120.299)	(89.608)	(30.691)	(90.954)	(29.345)
CDE	(73.096)	12.582	(17.840)	-	(3.884)	-	(82.238)	(58.754)	(23.484)	(59.783)	(22.455)
Demais passivos regulatórios	(73.466)	(90.113)	50.160	-	2.905	-	(110.514)	(94.537)	(15.977)	(82.712)	(27.802)
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	17.018	(17.090)	-	-	-	9.194	-	9.194	9.194	-
Neutralidade da parcela A	7.601	(23.881)	(3.497)	-	(315)	-	(20.092)	(15.345)	(4.747)	(15.553)	(4.539)
Sobrecontratação de energia	(29.733)	(69.103)	44.585	-	(2.247)	(14.914)	(71.412)	(69.525)	(1.887)	(68.954)	(2.458)
Devoluções tarifárias	(41.530)	(34.987)	5.765	-	951	41.270	(28.531)	(26.244)	(2.287)	(28.531)	-
Risco hidrológico	(151.012)	(44.173)	29.503	-	(862)	-	(166.544)	(149.216)	(17.328)	(149.659)	(16.885)
Outros	131.942	65.013	(9.106)	-	5.378	(26.356)	166.871	165.793	1.078	170.791	(3.920)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	164.520	36.521	(86.161)	(29.235)	7.548	-	93.193	120.607	(27.414)	131.930	(38.737)

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

ESS: O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito em janeiro, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento.

Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente a redução do risco hidrológico, devido a maior geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com uma redução do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), compensado pelo aumento da taxa de câmbio de energia Itaipu, que no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 5,66.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo indenizável (concessão)

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.613.155
Transferências do ativo contratual	16.825
Marcação a mercado	28.125
Saldo em 31 de março de 2020	3.658.105
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.321.429
Transferências do ativo contratual	(25.021)
Marcação a mercado	90.375
Saldo em 31 de março de 2021	4.386.783

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2020	Depreciação / Amortização	Baixa	31.03.2021
Imobilizado em serviço				
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	675	-	-	675
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	138.776
Móveis e utensílios	42.040	-	-	42.040
Subtotal	181.491	-	-	181.491
Depreciação acumulada				
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	(129)	(97)	-	(226)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	(961)	-	(102.881)
Móveis e utensílios	(23.297)	(516)	-	(23.813)
Subtotal	(125.346)	(1.574)	-	(126.920)
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	5.544	-	(117)	5.427
Móveis e utensílios	6.932	-	-	6.932
Subtotal	12.476	-	(117)	12.359
Total do imobilizado	68.621	(1.574)	(117)	66.930
Ativo de direito de uso				
Terrenos	637	(40)	-	597
Imóveis	32.443	(2.231)	-	30.212
Subtotal	33.080	(2.271)	-	30.809
Total	101.701	(3.845)	(117)	97.739

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019	Depreciação / Amortização	Adição	Baixas	Transferência	31.03.2020
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	(721)	272	129.779
Móveis e utensílios	36.212	-	-	-	-	36.212
Subtotal	167.115	-	-	(721)	272	166.666
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(87)	(11)	-	-	-	(98)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	(1.838)	-	721	-	(97.130)
Móveis e utensílios	(20.719)	(581)	-	-	-	(21.300)
Subtotal	(116.819)	(2.430)	-	721	-	(118.528)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	6.411	-	272	-	(272)	6.411
Móveis e utensílios	6.932	-	-	-	-	6.932
Subtotal	13.343	-	272	-	(272)	13.343
Total do imobilizado	63.639	(2.430)	272	-	-	61.481
Ativo de direito de uso						
Terrenos	938	(70)	-	-	-	868
Imóveis	41.069	(2.401)	300	-	-	38.968
Veículos e outros meios de transporte	1.247	(416)	-	-	-	831
Subtotal	43.254	(2.887)	300	-	-	40.667
Total	106.893	(5.317)	572	-	-	102.148

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	5,08
Imóveis	3,00
Veículos e outros meios de transporte	0,08

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	31.03.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	6.209.057	(3.696.719)	(135.654)	2.376.684
Software	401.533	(216.319)	-	185.214
Bens de renda	20.053	(18.148)	-	1.905
Total	6.630.643	(3.931.186)	(135.654)	2.563.803

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.246.237	(3.437.577)	(158.944)	2.649.716
Baixas	(5.999)	1.204	-	(4.795)
Amortização	-	(107.502)	4.658	(102.844)
Transferência dos ativos contratuais	24.903	-	-	24.903
Transferências para ativo indenizável	(16.825)	-	-	(16.825)
Saldo em 31 de março de 2020	6.248.316	(3.543.875)	(154.286)	2.550.155
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.576.472	(3.803.109)	(140.312)	2.633.051
Amortização	-	(128.077)	4.658	(123.419)
Transferência dos ativos contratuais	54.171	-	-	54.171
Saldo em 31 de março de 2021	6.630.643	(3.931.186)	(135.654)	2.563.803

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Ativos Contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,27% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2021 e de 3,05% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	31.03.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	800.874	(101.993)	698.881
Software	65.579	-	65.579
Total	866.453	(101.993)	764.460

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901.918	(100.841)	801.077
Adições	224.467	(210)	224.257
Capitalização de juros de empréstimos	686	-	686
Transferências para ativo intangível	(24.903)	-	(24.903)
Saldo em 31 de março de 2020	1.102.168	(101.051)	1.001.117
Saldo em 31 de dezembro de 2020	721.462	(101.993)	619.469
Adições	173.996	-	173.996
Capitalização de juros de empréstimos	145	-	145
Transferências para ativo intangível	(54.171)	-	(54.171)
Transferências para ativo indenizável	25.021	-	25.021
Saldo em 31 de março de 2021	866.453	(101.993)	764.460

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação, com exceção do empréstimo com o Citibank que tem seu valor justo por meio do resultado (existe um instrumento de proteção classificado como *fair value hedge*, contrato encerrado em 29 de março de 2021).

	31.03.2021						31.12.2020							
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
Moeda estrangeira:														
Citibank N.A. (II)	-	-	-	-	-	-	-	36	501.246	501.282	-	-	-	501.282
Itaú BBA International PLC	4.333	435.889	440.222	-	-	-	440.222	8.180	392.975	401.155	-	-	-	401.155
Scotiabank 4131 III	477	-	477	-	212.701	212.701	213.178	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 IV	163	-	163	-	127.621	127.621	127.784	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 V	66	379.709	379.775	-	-	-	379.775	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	1.004	-	1.004	-	226.047	226.047	227.051	74	-	74	-	203.792	203.792	203.866
Total moeda estrangeira	6.043	815.598	821.641	-	566.369	566.369	1.388.010	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792	1.106.303
Moeda nacional:														
Financiamentos														
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	24	8.257	8.281	-	9.633	9.633	17.914	26	8.257	8.283	-	11.697	11.697	19.980
BNP PARIBAS 4131	4.760	400.000	404.760	-	-	-	404.760	13.720	-	13.720	-	400.000	400.000	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	4.784	408.257	413.041	-	9.633	9.633	422.674	13.746	8.257	22.003	-	411.697	411.697	433.700
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas														
Enel Brasil Mútuo Subordinado 52 e 54 (vide nota 21)	-	-	-	3.109	372.136	375.245	375.245	-	-	-	-	202.598	202.598	202.598
Enel Brasil Mútuo 55 (vide nota 21)	14.438	326.000	340.438	6.386	344.000	350.386	690.824	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770	1.113.770
Enel Finance International N.V.	7.585	-	7.585	-	750.000	750.000	757.585	754	-	754	-	750.000	750.000	750.754
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	22.023	326.000	348.023	9.495	1.466.136	1.475.631	1.823.654	754	-	754	17.853	2.048.515	2.066.368	2.067.122
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	26.807	734.257	761.064	9.495	1.475.769	1.485.264	2.246.328	14.500	8.257	22.757	17.853	2.460.212	2.478.065	2.500.822
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	32.850	1.549.855	1.582.705	9.495	2.042.138	2.051.633	3.634.338	22.790	902.478	925.268	17.853	2.664.004	2.681.857	3.607.125

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	2.376.067
Captações	49.112	-	150.000	-	199.112
Encargos provisionados	20.816	-	8.701	-	29.517
Encargos pagos	(17.842)	-	(13.151)	-	(30.993)
Variação monetária e cambial	-	-	186.155	85.762	271.917
Transferências	(196.232)	196.232	390.918	(390.918)	-
Amortizações	(61.223)	-	-	-	(61.223)
Ajuste a valor de mercado	-	-	4.880	-	4.880
Saldo em 31 de março de 2020	831.577	616.186	951.360	390.154	2.789.277
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	-	360.000	320.000	680.000
Encargos provisionados	16.630	9.024	7.101	-	32.755
Encargos pagos	(20.446)	-	(9.548)	-	(29.994)
Variação monetária e cambial	-	-	111.931	42.630	154.561
Transferências	1.001.825	(1.001.825)	53	(53)	-
Amortizações	(259.702)	-	(552.565)	-	(812.267)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 31 de março de 2021	761.064	1.485.264	821.641	566.369	3.634.338

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.03.2021				
2022	2023	2024	2025	Total não Circulante
948.376	3.440	750.000	340.322	2.042.138

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC	250.000	05/07/2017	05/07/2021	4,21%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Fiança
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Receíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com o Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no trimestre findo em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Itaú BBA.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.03.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Total	Principal		Encargos	Total	Principal	
1ª série - 10ª emissão	1.252	1.252	1.000.000	1.001.252	5.987	5.987	1.000.000	1.005.987
(-) Custo de transação	-	-	(976)	(976)	-	-	(1.057)	(1.057)
Total de debêntures	1.252	1.252	999.024	1.000.276	5.987	5.987	998.943	1.004.930

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533
Encargos provisionados	18.056	-	18.056
Encargos pagos	(25.124)	-	(25.124)
Apropriação custo de transação	259	81	340
Em 31 de março de 2020	609.106	998.699	1.607.805
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930
Encargos provisionados	5.236	-	5.236
Encargos pagos	(9.971)	-	(9.971)
Apropriação custo de transação	-	81	81
Em 31 de março de 2021	1.252	999.024	1.000.276

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	(488)	(407)	(81)	(976)
Total a amortizar	(488)	666.260	333.252	999.024

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 10ª emissão	1.000.000	15/04/2019	15/03/2023	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, os quais foram atingidos no trimestre findo em 31 de março de 2021.

10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- Endividamento financeiro líquido: significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações por arrendamentos

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de março de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2021	31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	904	940	61	Mensal	de 8,55% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	34.805	40.766	36	Mensal	de 4,76% a.a até 11,78% a.a
Veículos e outros meios de transporte	34	33	1	Mensal	8,97% a.a
Total	35.743	41.739			
Circulante	13.800	15.018			
Não circulante	21.943	26.721			
	35.743	41.739			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.03.2021		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	16.262	(2.462)	13.800
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	25.844	(4.670)	21.174
Até 2 anos - 2022	7.475	(1.791)	5.684
Até 3 anos - 2023	6.153	(1.382)	4.771
Até 4 anos - 2024	6.113	(971)	5.142
Até 5 anos - 2025	6.103	(526)	5.577
2026 em diante	831	(62)	769
Total circulante e não circulante	42.937	(7.194)	35.743

A seguir é apresentada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.759	33.888	46.647
Adições	-	300	300
Pagamentos - Principal	(2.035)	-	(2.035)
Pagamentos - Juros	(801)	-	(801)
Transferências	4.506	(4.506)	-
Encargos provisionados	801	-	801
Saldo em 31 de março de 2020	15.230	29.682	44.912
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.018	26.721	41.739
Pagamentos - Principal	(5.996)	-	(5.996)
Pagamentos - Juros	(695)	-	(695)
Transferências	4.778	(4.778)	-
Encargos provisionados	695	-	695
Saldo em 31 de março de 2021	13.800	21.943	35.743

20. Encargos setoriais

	31.03.2021	31.12.2020
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	56.802	47.574
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	45.048	42.112
Outros	918	855
Total	102.768	90.541
Circulante	49.912	39.887
Não Circulante	52.856	50.654

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2021			31.12.2020			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	560.351	-	-	568.521	(9.440)	(8.196)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	7	-	-	48	-	-	147	276
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	4.615	-	-	3.614	-	(2.312)	(1.323)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	31.342	-	-	24.334	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	4.080	-	-	3.851	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		627	-	-	627	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		-	55.365	-	-	55.110	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	629	-	-	629	-	(1.854)	(1.851)
	ENEL Green Power Parapanema		-	81	-	-	80	-	(232)	(221)
	ENEL Green Power Mourão		-	23	-	-	23	-	(66)	(63)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	336	-	-	102	-	(259)	(240)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	200	-	-	79	-	(173)	(160)
	ENEL Green Power Saito do Apicás S.A.		-	554	-	-	168	-	(427)	(395)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	291	-	-	98	-	(297)	(291)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	358	-	-	113	-	(275)	(270)		
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	822	-	-	418	-	(1.207)	(1.177)
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.878	-	-	57.878	-	-	
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Vide nota 17	25.157	340.438	725.631	24.937	-	1.316.368	(10.282)	(11.703)
	Enel Finance International N.V.		-	7.585	750.000	-	754	750.000	(6.831)	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	-	827	-	-	2.193	-	(1.382)	(1.273)
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	679	-	298	390	-	(289)	42
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		361	-	-	302	-	-	58	-
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	616	-	-	129	-	(487)	(182)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços	ENEL Ibersa SLR	Até o final da concessão	-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.636	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781	-	-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		5.962	250	-	5.304	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		620	1.158	-	540	1.158	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		-	2.140	-	-	1.925	-	-	-
ENEL CIEN S.A.	79	-	-	79	-	-	-	-		
			40.649	508.529	2.035.982	39.444	151.787	2.634.889	(35.608)	(27.027)
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	560.351	-	-	568.521	(9.440)	(8.196)
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		40.649	508.529	1.475.631	39.444	151.787	2.066.368	(26.168)	(18.831)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no trimestre findo em 31 de março de 2021 e 2020.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem

Mútuos

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil e uma com a Enel Finance International N.V (controle comum), conforme detalhados a seguir:

a) Mútuo subordinado

Mútuo 52: Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, e nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.054. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 é de R\$ 203.857 (R\$ 202.598 em 31 de dezembro de 2020).

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 era de R\$ 88.901 (R\$ 102.303 em 31 de dezembro de 2020). Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R\$

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.721. E em 31 de março de 2021 o saldo remanescente de R\$ 88.901 passou a ser subordinado.

Mútuo 55: Em 31 de março de 2021 o montante parcial dessa operação no valor de R\$ 82.486 passou a ser subordinado.

b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro renovou o mútuo alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 houve o pagamento parcial de principal e juros no montante de R\$ 575.138, sendo recolhido o IR de R\$ 5.129. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 246.043.

Conforme previsão contratual, a operação foi liquidada em 29 de janeiro de 2021.

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 era de R\$ 773.311 (R\$ 765.424 em 31 de dezembro de 2020), sendo que o montante de R\$ 82.486 foi subordinado em 31 de março de 2021, vide item a.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2021 era de R\$ 757.585 (R\$ 750.754 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021				31.12.2020		
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante	
	Encargo	Principal	Encargo	Principal	Encargo	Encargo	Principal
Empréstimos com partes relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-		3.109	372.136	-	-	202.598
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	14.438	326.000	6.386	344.000	-	17.853	1.095.917
Enel Finance International N.V.	7.585		-	750.000	754	-	750.000
Total de Empréstimos com partes relacionadas	22.023	326.000	9.495	1.466.136	754	17.853	2.048.515
	31.03.2021	31.03.2020					
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	2.219	2.267					
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	8.063	9.436					
Enel Finance International N.V.	6.831	-					
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	17.113	11.703					

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	989.956	-	989.956
Encargos provisionados	13.970	-	13.970
Juros incorporados ao capital	(2.267)	-	(2.267)
Saldo em 31 de março de 2020	1.001.659	-	1.001.659
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.316.368	750.754	2.067.122
Amortização	(257.638)	-	(257.638)
Encargos provisionados	10.282	6.831	17.113
Encargos pagos	(2.943)	-	(2.943)
Saldo em 31 de março de 2021	1.066.069	757.585	1.823.654

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	930	1.367
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	36	195
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	181	-
Total	1.147	1.562

22. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasieltros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasieltros, entidade fechada de

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(7)	27	-	227	247
Custo dos juros líquidos	2.879	1.754	4.787	311	9.731
Contribuições reais do empregador	(11.068)	(2.108)	(4.434)	(418)	(18.028)
Saldos em 31 de março de 2021	176.076	101.268	283.007	21.845	582.196
Não Circulante					582.196

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Custo do serviço corrente	-	77	563	182	822
Custo dos juros líquidos	1.915	1.207	3.997	255	7.374
Contribuições reais do empregador	(11.486)	(2.480)	(4.640)	-	(18.606)
Saldos em 31 de março de 2020	119.947	71.015	244.074	17.776	452.812
Não Circulante					452.812

Despesa nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos:

	31.03.2021	31.03.2020
Custo do serviço corrente	247	822
Custo dos juros líquidos	9.731	7.374
Saldo final	9.978	8.196

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para processos judiciais e outros riscos**23.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2021
Trabalhistas (a)	294.155	2.532	(1.296)	7.691	(1.126)	301.956
Cíveis (b)	285.913	38.627	(17.247)	13.217	(23.929)	296.581
Fiscais (c)	203.779	-	-	302	-	204.081
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	41.159	(18.543)	21.210	(25.055)	804.062
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	-	13.615
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	54.774	(18.543)	21.210	(25.055)	817.677
Total do passivo circulante	179.662					183.346
Total do passivo não circulante	605.629					634.331

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2020
Trabalhistas (a)	285.477	7.322	(9.434)	7.707	(2.387)	288.685
Cíveis (b)	315.607	47.090	(17.119)	53.827	(30.824)	368.581
Fiscais (c)	23.864	-	-	90	-	23.954
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	1.444
Total	626.392	54.412	(26.553)	61.624	(33.211)	682.664
Total do passivo circulante	-					-
Total do passivo não circulante	626.392					682.664

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de março de 2021 de R\$ 14.324 (R\$14.301 em 31 de dezembro de 2020).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2021 de R\$ 6.322, valor total do auto de R\$ 15.806, (R\$ 6.313 e R\$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

554, valor total do auto R\$ 2.772 (R\$554 e R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa, o qual aguarda julgamento. Devido ao estágio atual do processo, a Companhia acredita que o seu recurso será julgado e o processo concluído ao longo do exercício de 2021. A provisão total atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em março de 2021, é de R\$ 179.926.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras provisões

Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 13.615 será realizada.

23.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas	284.271	276.500
Cíveis (a)	1.378.148	1.275.523
Fiscais (b)	1.751.329	1.738.469
Juizados especiais	136.580	122.284
Regulatório	17.011	17.011
Total	3.567.339	3.429.787

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 23.1.b.

b) Fiscais**b.1) Temas federais****Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)**

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2021 é de R\$ 1.316.504 (R\$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 331.528 em 31 de março de 2021 (R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.362 em 31 de março de 2021 (R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.354 respectivamente, em 31 de março de 2021 (R\$ 12.367 e R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de março de 2021 de R\$ 42.063 (R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de março de 2021 de R\$ 23.024 (R\$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020).

Ativo Contingente

Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal interpôs apelação e o Tribunal negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Foram opostos embargos de declaração pela União Federal, os quais foram improvidos pelo Tribunal. A União Federal interpôs recursos especial e extraordinário, que aguardam julgamento.

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia.

23.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas	181.470	178.766
Cíveis	77.961	78.008
Fiscais	702	699
Total	260.133	257.473

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2021	31.03.2020
(Perda) ganho de instrumentos financeiros derivativos	(48.186)	11.133
Tributos diferidos sobre perda / ganho instrumentos financeiros derivativos	16.383	(3.785)
Total	(31.803)	7.348

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado por ação

	31.03.2021	31.03.2020
Lucro Líquido do período	45.427	21.791
Número de ações	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	0,272615	0,130771

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 31 de março de 2021.

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita líquida

	31.03.2021			31.03.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.571.078	1.466.481	1.129.310	2.433.654	1.356.748	985.148
Industrial	3.365	36.441	48.899	3.379	50.576	51.709
Comercial	131.725	405.492	442.170	136.057	486.470	480.128
Rural	64.081	45.471	42.071	63.692	44.293	33.665
Poder público	13.040	95.166	101.350	13.771	118.617	111.439
Iluminação pública	1.883	138.217	86.691	1.884	139.259	81.887
Serviço público	2.863	71.355	65.111	2.012	78.103	58.828
Suprimento e revenda	26	87.424	18.114	24	123.250	25.346
Fornecimento faturado	2.788.061	2.346.047	1.933.716	2.654.473	2.397.316	1.828.150
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	441.884	-	-	245.245
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(10.312)	-	-	(11.688)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.788.061	2.346.047	2.365.288	2.654.473	2.397.316	2.061.707
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	131.270	-	-	(49.640)
Subvenção baixa renda	-	-	12.092	-	-	9.157
Subvenção de recursos da CDE	-	-	54.748	-	-	56.807
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	686	483.480	150.921	508	677.119	199.176
Receita de construção	-	-	171.684	-	-	224.943
Outras receitas	-	-	(11.395)	-	-	24.667
Total outras receitas	686	483.480	509.320	508	677.119	465.110
Receita operacional bruta	2.788.747	2.829.527	2.874.608	2.654.981	3.074.435	2.526.817
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(639.767)	-	-	(591.206)
COFINS - corrente	-	-	(210.791)	-	-	(178.042)
PIS - corrente	-	-	(45.764)	-	-	(38.654)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(16.200)	-	-	(13.218)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(163.670)	-	-	(144.994)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.212)	-	-	(2.026)
ISS	-	-	(1.225)	-	-	(1.005)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.079.629)	-	-	(969.145)
Receita operacional líquida	2.788.747	2.829.527	1.794.979	2.654.981	3.074.435	1.557.672

(*) Não auditado, mas revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

	31.03.2021				31.03.2020					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(37.571)	-	(9.946)	-	(47.517)	(25.752)	-	(13.092)	-	(38.844)
Material	(9.663)	-	(31)	-	(9.694)	(3.922)	-	(735)	-	(4.657)
Serviços de terceiros	(113.059)	(122)	(8.812)	-	(121.993)	(107.847)	(4.088)	(18.097)	-	(130.032)
Energia elétrica comprada para revenda	(791.740)	-	-	-	(791.740)	(708.993)	-	-	-	(708.993)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(191.308)	-	-	-	(191.308)	(143.156)	-	-	-	(143.156)
Encargos de serviços do sistema	(105.954)	-	-	-	(105.954)	(1.171)	-	-	-	(1.171)
Depreciação e amortização	(115.515)	-	(3.845)	-	(119.360)	(94.659)	-	(6.052)	-	(100.711)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	(12.316)	-	-	-	(12.316)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(91.476)	-	-	(91.476)	-	(44.878)	-	-	(44.878)
Perda de recebíveis de clientes	-	(39.805)	-	-	(39.805)	-	(19.679)	-	-	(19.679)
Recuperação de perdas	-	-	-	-	-	-	13.882	-	-	13.882
Custo de construção	(171.684)	-	-	-	(171.684)	(224.943)	-	-	-	(224.943)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(22.616)	-	(22.616)	-	-	(27.991)	-	(27.991)
Outras despesas operacionais	(21.735)	-	(13.195)	-	(34.930)	(4.257)	-	(22.862)	-	(27.119)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	1.129	1.129	-	-	-	20.348	20.348
Outras receitas operacionais	-	-	-	147	147	-	-	-	2.721	2.721
Subtotal	(1.558.229)	(131.403)	(58.445)	1.276	(1.746.801)	(1.327.016)	(54.763)	(88.829)	23.069	(1.447.539)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.897	560
Juros e atualização monetária sobre impropriedade de clientes	8.528	15.976
Varição cambial	-	3.513
Marcação a mercado de ativo indenizável	90.375	28.125
Varição cambial de dívida	233.043	-
Dívida - Marcação a mercado	-	3.635
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	387.604	271.918
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	4.212	8.101
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	3.011	8.548
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	7.542	7.548
Outras receitas financeiras	2.807	606
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(488)	(979)
Subtotal	738.531	347.551
Despesas financeiras		
Varição cambial	(1.775)	-
Varição cambial de dívidas	(387.604)	(271.917)
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	(8.515)
Encargos de dívidas	(15.642)	(17.814)
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	(15.091)	-
Juros debêntures	(5.236)	(18.056)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(21.210)	(61.624)
Encargos fundo de pensão	(9.731)	(7.374)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	(233.051)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(7.542)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(2.550)	(10.140)
Encargos de mútuos	(17.113)	(11.703)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	145	686
IOF/IOC	(44)	(280)
Apropriação custo de transação	(81)	(340)
Juros em arrendamento	(695)	(801)
Outras despesas financeiras	(6.257)	(8.876)
Subtotal	(718.093)	(424.296)
Total do resultado financeiro	20.438	(76.745)

29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021		31.03.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(46.642)	(16.800)	-	-
Diferidos	29.628	10.625	(8.519)	(3.078)
Total	(17.014)	(6.175)	(8.519)	(3.078)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	68.616	68.616	33.388	33.388
Adições:				
Gratificação a administradores	796	796	685	685
Perdão de dívida	(688)	(688)	-	-
Outras despesas indedutíveis	(112)	(112)	2	129
Total das adições	(4)	(4)	687	814
Base de cálculo	68.612	68.612	34.075	34.202
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(17.014)	(6.175)	(8.519)	(3.078)
Total da despesa com tributos	(17.014)	(6.175)	(8.519)	(3.078)
Alíquota efetiva	24,80%	9,00%	25,52%	9,22%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	278.010	266.999	11.011	(447)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	106.349	61.632	44.717	19.133	-	-
Benefício pós-emprego	257.820	257.820	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.429	-	1.429	(35.709)	-	(3.426)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.321	2.944	(1.623)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	117.478	144.841	(27.363)	8.245	-	-
Outras provisões	40.801	23.745	17.056	6.744	-	-
Total dos diferidos ativos	803.208	757.981	45.227	(2.034)	-	(3.426)
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(392.095)	(361.367)	(30.728)	(9.563)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(48.324)	(91.188)	25.754	(3.426)	17.110	-
Outros	(288)	(288)	-	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(440.707)	(452.843)	(4.974)	(12.989)	17.110	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	362.501	305.138	40.253	(15.023)	17.110	(3.426)

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 31 de março de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	267.768	566.686
Títulos e valores mobiliários	112.642	129.555
Instrumentos financeiros derivativos - swap	205.298	333.416
Consumidores e outras contas a receber	2.028.188	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	91.939	-
Ativo indenizável (concessão)	4.386.783	4.321.429
	7.092.618	7.239.482

Em 31 de março de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2021	31.12.2020
AAA	321.143	601.441
AA+	4.714	4.704
AA	1.364	31.105
Total geral	327.221	637.250

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.03.2021	31.12.2020
AA-	205.298	333.416
Total geral	205.298	333.416

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar + Spread para Real CDI + spread). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2021 (em reais).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	1.388.010
Exposição Patrimonial	1.388.010
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.327.705)
Exposição Cambial Total	60.305

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada à taxa variável (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Selic	19.596	5,99%	36.909	5,79%
CDI	307.625	94,01%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	327.221	100,00%	637.250	100,00%

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	4.386.783	100%	4.321.429	100%
Total	4.386.783	100%	4.321.429	100%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	482.978	10,90%	430.510	10,06%
CDI	3.946.338	89,10%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	4.429.316	100,00%	4.278.639	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 902/2021, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000 dos quais, em 31 de março de 2021, estavam disponíveis R\$ 1.520.181.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.066.069, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	3.634.338	3.607.125
Debentures (Nota 18)	1.000.276	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 30)	(205.298)	(333.416)
Dívida	4.429.316	4.278.639
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(267.768)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(112.642)	(129.555)
Dívida líquida (a)	4.048.906	3.582.398
Patrimônio líquido (b)	3.603.448	3.591.235
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	53%	50%

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	734	3.293	1.274.773	596.599	1.875.398
Debêntures	-	-	52.231	1.135.952	1.188.183
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	385.285	1.738.189	2.123.475
Total em 31 de março de 2021	734	3.293	1.712.289	3.470.741	5.187.056

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos – Swap recebimentos	1.431	(181.846)	49.661	(130.754)
Total em 31 de março de 2021	1.431	(181.846)	49.661	(130.754)

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.03.2021		31.12.2020		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	267.768	267.768	566.686	566.686
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	112.642	112.642	129.555	129.555
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	2.028.188	2.028.188	1.888.396	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	91.939	91.939	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	210.147	210.147	154.328	154.328
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	179.191	179.191
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.386.783	4.386.783	4.321.429	4.321.429
Total do ativo			7.097.467	7.097.467	7.239.585	7.239.585
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.246.328	2.295.295	2.500.822	2.438.667
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.000.276	999.300	1.004.930	1.003.873
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.388.010	1.290.281	605.021	599.351
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	501.282	501.282
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	4.849	4.849	32	32
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	71	71
Arrendamento	Custo amortizado	2	35.743	35.743	41.739	41.739
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	404.028	404.028	389.484	389.484
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.116.397	1.116.397	1.085.352	1.085.352
Total do passivo			6.195.631	6.145.893	6.128.733	6.059.851

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
Contrato de swap				31.03.2021	31.12.2020
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	181.349	151.097
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	-	179.120
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	19.808	3.199
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(2.641)	-
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(1.624)	-
SCOTIABANK S.A V	25/03/2021	15/12/2021	USD + 1,0350%aa CDI + 1,04% aa	8.406	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540
Juros SWAP	(1.592)
Varição cambial SWAP	271.918
Marcação a mercado no resultado	559
Marcação a mercado no patrimônio líquido	10.077
Pagamentos de juros	5.022
Saldos em 31 de março de 2020	413.502
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros SWAP	461
Varição cambial SWAP	154.553
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(50.324)
Recebimentos de juros	(4.455)
Recebimentos principal	(232.565)
Saldos em 31 de março de 2021	205.298

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2021 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	181.349	188.869	(7.520)	-	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP II	19.808	25.595	(5.787)	-	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank III	(2.641)	12.059	(14.700)	-	200.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank IV	(1.624)	7.384	(9.008)	-	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 25.03.21 Scotiabank V	8.406	19.577	(11.171)	-	360.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	205.298	253.484	(48.186)	-	1.129.999	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de março de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2022			
		31.03.2021	Provável	Adverso	Remoto	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	34.369	1.752	1.314	876	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	224.941	11.467	8.600	5.734	
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	9.199	9.199	6.899	4.600	
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	207.623	155.717	103.812	
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.122.408)	(41.879)	(50.029)	(58.107)	
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	1.327.706	63.044	278.482	457.507	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(422.674)	15.687	23.837	31.915	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(1.388.010)	(65.178)	(291.539)	(479.640)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(2.823.930)	(289.369)	(300.214)	(310.728)	
		(190.957)	(87.654)	(166.933)	(244.031)	
			Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
			CDI	5,10%	6,37%	7,65%
			IPCA	5,23%	6,54%	7,85%
			Libor	0,21%	0,27%	0,32%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	12.665	45.953	33.288	73.615	60.950
ITAÚ 4131 SWAP PA	(13.300)	(45.960)	(32.660)	(73.099)	(59.799)
ITAÚ 4131 SWAP PP	2.981	3.711	730	4.435	1.454
BNP PARIBAS 4131 II	14.603	66.016	51.413	108.739	94.136
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	(14.338)	(64.819)	(50.481)	(106.767)	(92.429)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	9.638	11.602	1.964	13.548	3.910
SCOTIABANK 4131 III	13.207	61.469	48.262	101.574	88.367
SCOTIABANK 4131 III - SWAP	(12.341)	(57.438)	(45.097)	(94.914)	(82.573)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	10.960	12.913	1.953	14.848	3.888
SCOTIABANK 4131 IV	7.916	36.846	28.930	60.886	52.970
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP	(7.391)	(34.401)	(27.010)	(56.846)	(49.455)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	6.567	7.736	1.169	8.896	2.329
SCOTIABANK 4131 V	16.787	81.255	64.468	134.826	118.039
SCOTIABANK 4131 V - SWAP	(15.673)	(75.864)	(60.191)	(125.881)	(110.208)
SCOTIABANK 4131 V - SWAP PP	11.734	14.067	2.333	16.381	4.647
Total Despesa	44.015	63.086	19.071	80.241	36.226

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.131.763 em 2021, R\$2.814.729 em 2022, R\$2.782.001 em 2023, R\$2.849.7274 em 2024 e R\$49.638.663 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período findo em 31 de março de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

32. Participação nos resultados

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 4.496 e R\$ 4.377, respectivamente.

33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 2.143.040	R\$ 6.760.700
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	R\$ 135.214

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2021	31.03.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(39.820)	(55.431)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(145)	(686)
	(39.965)	(56.117)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	31.03.2021		31.03.2020		Nota explicativa	
	Demonstrações do fluxo de caixa				Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:						
Captação de empréstimos e financiamentos		680.000	199.112	17		Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)		(812.267)	(61.223)	17		Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)		(5.996)	(2.035)	19		Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		232.565	-	30		Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		94.302	135.854			

A Companhia não pagou dividendos no trimestre findo em 31 de março de 2021.

35. Eventos subsequentes

- a) Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: do lucro líquido do exercício de 2020, no montante total de R\$48.924, ao qual, (i) foi acrescido o montante de R\$216, referente à reversão de dividendos prescritos e (ii) subtraído o valor de R\$2.446, destinado à recomposição da Reserva Legal da Companhia, perfazendo, ao fim, o valor líquido passível de distribuição de R\$46.694. Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$11.674. Do saldo de R\$35.020, remanescente após o pagamento de dividendos, será deduzido o valor de R\$107.921, correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), cuja diferença negativa, no valor de R\$72.901, será absorvida pelo saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro. É importante ressaltar que tais registros já estavam contemplados nas demonstrações financeiras anuais do referido exercício.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2021.

Niterói, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor de Planejamento e Engenharia - Vago

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2021.

Niterói, 30 de abril de 2021.

Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Artur Manuel Tavares Resende

Diretor de Planejamento e Engenharia - Vago

Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva